

GENOGRAMA E WORKSHOP DE FOTOGRAFIAS – INTERVENÇÕES RELACIONAIS SISTÊMICAS EM PROCESSOS PSICOTERAPÊUTICOS INDIVIDUAIS

GENOGRAM AND PHOTOS WORKSHOP – RELATIONAL SYSTEMIC INTERVENTIONS IN INDIVIDUAL PSYCHOTHERAPY

RESUMO: Nosso propósito neste artigo foi enriquecer as teorizações sobre possibilidades de intervenções psicoterapêuticas ancoradas na perspectiva relacional sistêmica em processos individuais, ao propor a utilização das técnicas do genograma e do workshop de fotografias nesse contexto, principalmente em atendimentos a adultos jovens solteiros. Trata-se de um estudo teórico e exploratório, com vinhetas de casos clínicos como exemplos. Esses eram terapias individuais semanais, com uma hora de duração, realizadas em dois contextos: consultório privado e instituição. As que ocorreram em instituição de assistência social tiveram em média oito encontros, e aquelas de consultório privado 25. Concluímos que a confecção do genograma e a realização do workshop de fotos foram instrumentos que auxiliaram no trabalho terapêutico individual de acordo com um enfoque relacional sistêmico. Ademais, principalmente o workshop de fotos também pode ser um bom aliado para terapeutas sócio-construcionistas ou narrativos.

PALAVRAS CHAVE: terapia relacional sistêmica individual, emancipação do jovem adulto, genograma, workshop de fotos.

ABSTRACT: Our purpose with this paper was to enrich theorizations about possibilities for individual psychotherapy interventions in systemic relational perspective, mainly in therapeutics processes with single young adult, by the use of the genogram and photos workshop. This is a theoretical and exploratory study, with discussion of excerpts of clinical cases to illustrate this process. We conclude that the genogram and the photos workshop make possible to keep the focus on systemic relational in the individual therapy. Beyond, mainly de photos workshop can be also a good allied of social constructionist therapists and narrative therapists.

KEYWORDS: individual systemic relational therapy, emancipation of the young adult, genogram, photo workshop.

CAROLINA DUARTE DE SOUZA

Mestra em Processos Psicossociais, Desenvolvimento e Saúde pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina e Especialista em psicologia clínica pelo Familiar Instituto Sistêmico. Docente em Psicologia da Faculdade Três de Maio – SETREM e Psicóloga Pediátrica do Município de Cerro Largo– RS.

MARIA APARECIDA CREPALDI

Doutora em Saúde Mental – Departamento de Psicologia – Programa de Pós-graduação em Psicologia – Laboratório de Psicologia da Saúde, Família e Comunidade. Universidade Federal de Santa Catarina.

PSICOTERAPIA RELACIONAL SISTÊMICA: DE FAMÍLIAS A INDIVÍDUOS

A terapia relacional sistêmica se iniciou desenvolvendo pesquisas e propostas de intervenções psicoterapêuticas principalmente acerca do trabalho com famílias. Segundo Osório e Valle (2002), os precursores da terapia familiar objetivavam descobrir se a alteração nos padrões de relacionamento entre os membros do sistema familiar produziria também modificações no comportamento individual dos sujeitos da família, inclusive nos comportamentos disfuncionais dos pacientes psiquiátricos. De acordo com Nichols e Schwartz (1998), na década de 1950, diversos estudos que buscavam compreender o sofrimento psicológico concorreram para entendê-lo a partir de um novo conceito de família: “Um sistema vivo,

Recebido em 05/12/2012.
Aprovado em 23/12/2012.

um todo orgânico” (p. 67). Visando responder a esse questionamento, e buscando formas de modificação dos padrões relacionais, os terapeutas de família vêm criando, desde então, várias técnicas e estratégias que configuram as diversas correntes presentes na terapia familiar sistêmica hoje.

Para Nichols e Schwartz (1998), a diversidade de abordagens existentes na terapia familiar se deve ao fato desta ter sido iniciada independentemente em quatro lugares distintos, por terapeutas com diferentes formações e orientações. Os pioneiros foram: John Bell, com grupos de terapia familiar; Murray Bowen, com famílias de esquizofrênicos; Nathan Ackerman, com a terapia familiar psicanalítica e Don Jackson e Jay Halley, com a terapia familiar das comunicações.

Os dois últimos terapeutas citados, junto com Gregory Bateson, dedicado mais ao âmbito da pesquisa sobre a dinâmica familiar e a esquizofrenia, eram os principais nomes do grupo de Palo Alto. A terapia familiar sistêmica criada por este grupo era fundamentada conceitualmente nos trabalhos de von Bertalanfy acerca da Teoria Geral dos Sistemas de 1950, de Norbert Wiener sobre a Cibernética em 1948, e da Teoria da Comunicação elaborada pelo próprio grupo de Palo Alto (Osório & Valle, 2002). Esses estudos também formam a base do pensamento sistêmico, que posteriormente agregou os estudos sobre a cibernética de segunda ordem ao seu desenvolvimento atual (Vasconcellos, 2002).

Conforme Osório e Valle (2002), todas as escolas de terapia familiar receberam influências diretas ou indiretas dos trabalhos do grupo de Palo Alto e têm como foco principal de suas intervenções terapêuticas a mudança nas relações, procurando descobrir “como” o sofrimento se apresenta e não o

“porquê”. Nichols e Schwartz (1998) afirmam que o que define o campo da terapia familiar é que a família, compreendida como um sistema, é mais que a soma de seus membros, sendo ela o contexto em que os problemas individuais aparecem; e seus estudos e intervenções se centram em duas categorias de análise: estrutura – triângulos relacionais, subsistemas e fronteiras – e processo – circularidade das ações: mudanças e contra-mudanças.

Segundo Nichols e Schwartz (1998), a partir dos anos 1990, as primeiras abordagens de terapia de família passaram a ser contestadas e seu alcance questionados de tal maneira que os terapeutas atuais dificilmente intitulam-se como pertencentes a apenas uma escola. Ademais, a própria fronteira entre terapeutas individuais e terapeutas de família tem sido menos nítida, visto que muitos profissionais atuam em ambos os terrenos. De fato, frente à inviabilização de processos terapêuticos pela impossibilidade da família como um todo se fazer presente no *setting*, no fim dos anos 1980 surgiram as primeiras elaborações sobre o emprego de conceitos e técnicas sistêmicas em uma terapia individual (Tronco, 2008).

De acordo com Tronco (2008), Weber e Simon (1989) foram os primeiros a proporem uma terapia sistêmica individual ao buscar mudanças familiares quando apenas um membro da família estava disposto/disponível para o atendimento. No artigo escrito pelos autores, os esforços terapêuticos deveriam voltar-se para um protagonismo do cliente e de sua família no processo de mudança, e não do terapeuta, centrando-se nas relações que o cliente estabelece com os diferentes membros dos diversos sistemas dos quais participa. De acordo com o proposto pelos autores, a maioria das alterações deveria ocorrer entre as sessões terapêuticas,

quando o sujeito, por exemplo, se relacionava em seus diferentes sistemas, questionando os padrões relacionais estabelecidos e propondo diferentes arranjos, que eram então trabalhados nas sessões subsequentes (Tronco, 2008; Vidal, 2006). Esses autores ainda ressaltavam que, desde o início da terapia, podia-se convidar membros da família ou de outros sistemas importantes para o indivíduo a participarem de uma ou mais sessões a fim de contribuir para o processo terapêutico (Tronco, 2008).

Em 1996, Boscolo e Bertrando aprofundaram as discussões sobre a temática ao dedicarem um livro inteiro a esse propósito (Guimarães & Cruz, 2004; Tronco, 2008). A primeira parte da obra, recentemente editada no Brasil (Boscolo & Bertrando, 2012), tem três capítulos: inicia com a descrição da construção do atual modelo teórico utilizado por eles, denominado Epigenético por agregar recursivamente contribuições dos modelos psicodinâmico, sistêmico, tanto de primeira, como de segunda ordem, construtivismo e construcionismo social com os quais ao menos um dos autores trabalharam em algum momento de suas trajetórias profissionais. Em seguida, o livro apresenta as indicações, os objetivos, assim como a metodologia proposta por eles para a terapia sistêmica individual: um processo breve-longo, visto que teria um número máximo de 20 sessões, mas com intervalos prolongados entre os encontros, variando entre duas e quatro semanas, de maneira que o processo todo poderia durar por volta de um ano e meio. No terceiro capítulo, eles discutem o processo terapêutico propriamente dito: os diferentes momentos da terapia e os princípios que conduzem o diálogo terapêutico – “hipóteses, circularidade, perguntas circulares” (p. 10) e questões relativas à linguagem. Já a segunda parte da obra é dedicada à ilustração de casos clínicos.

Maldonado, por sua vez, em 1999, partindo de diferentes correntes teóricas pós-modernas, dentre os quais os trabalhos de Foucault, a linguística e a narrativa, propôs, em um artigo, uma Terapia Sistêmica do Self. Para o autor, apenas com as contribuições das matrizes teóricas por ele utilizadas é que, de fato, pode-se construir uma teoria sobre o self contextual que se contrapõe à noção de sujeito intrapsíquico. Maldonado defende ainda que o terapeuta deveria atentar-se ao self de cada indivíduo do sistema familiar (Tronco, 2008).

Em âmbito nacional, encontramos três artigos que versam sobre a temática. Guimarães e Cruz (2004) fizeram uma discussão sobre a Terapia Sistêmica Individual proposta por Boscolo e Bertrando, à luz da pós-modernidade, principalmente no que diz respeito às mudanças para relação terapêutica. Já Vidal (2006) trouxe contribuições sobre o uso da Equipe Reflexiva de Tom Andersen em atendimentos individuais, por meio do grupo de supervisão de atendimento, defendendo a viabilidade de utilização da técnica inicialmente elaborada para o trabalho com famílias em contextos diferentes. Por fim, Tronco (2008) contribui para a discussão sobre a terapia sistêmica individual no país descrevendo trabalhos de autores internacionais sobre o assunto e destacando a importância do emprego de duas intervenções para esses atendimentos: o questionamento circular e a externalização.

O primeiro foi desenvolvido por Pallazzoli, Prata, Boscolo e Cecchin (1988) para a terapia familiar e é utilizado na terapia individual sistêmica também por Boscolo e Bertrando (2012), Guimarães e Cruz (2004) e Vidal (2006) e refere-se a perguntas que são formuladas a um membro da família sobre outro familiar, visando à produção de uma distinção do proble-

ma descrito. Essa intervenção possibilita, no caso da terapia individual, a inclusão de “terceiros” no *setting* terapêutico e o exercício de reflexão tanto do terapeuta como do cliente na busca por outras versões sobre o problema.

A segunda intervenção foi desenvolvida pelas terapias narrativas, que almejam diferenciar o cliente de seu problema por meio da linguagem, centradas no entendimento das maneiras como as vivências dos indivíduos são narradas e de como esses contos fornecem direcionamentos, definições e compõem as vivências. A “Externalização do Problema” trata-se de um processo de conversação no qual o terapeuta propõe que o problema seja visto apenas como um problema ou dificuldade apresentado pela pessoa naquele momento/circunstância, o que é diferente de descrever a pessoa como problemática. O terapeuta frequentemente utiliza perguntas reflexivas e circulares e pode entrevistar a “entidade” do problema. Geralmente inicia o processo de questionamento para externalização do problema fazendo perguntas sobre a influência do problema na vida da pessoa, caminhando para questões que ressaltam a influência da pessoa na vida do problema. Assim, o terapeuta busca encontrar aspectos das vivências do indivíduo na qual o problema não o tenha atrapalhado, ou seja, os “acontecimentos extraordinários” que geralmente são negligenciados pelas histórias dominantes ou deixados de lado quando a pessoa fala de si (White, 2012).

Boscolo e Bertrando (2012, p.5) afirmam que, no ano de 2004, em Milão, a terapia sistêmica individual tratava-se de “uma daquelas atividades praticadas por todos, discutida por poucos e teorizada por ninguém”. Porém, se considerarmos que existem terapias pós-modernas que são coerentes com o

pensamento sistêmico da cibernética de segunda ordem, em especial os pressupostos da complexidade e da intersubjetividade (construcionismo social e terapias narrativas), agregaremos outras contribuições ao processo psicoterapêutico individual com enfoque sistêmico. Como as abordagens narrativas de Carlos Sluzki, os processos reflexivos de Tom Andersen, o trabalho de Peggy Penn, a abordagem narrativa de Michael White, David Epston, Jill Freedman e Gene Combs, e a abordagem colaborativa de Harlene Anderson e Goolishian (Grandesso, 2001).

O construcionismo social, “como uma epistemologia” da pós-modernidade, entende que é por meio das relações humanas que se pode compreender os processos de atribuição significados e construção de sentidos. Assim, de acordo com Anderson e Goolishian (1998), o construcionismo ocupa-se não das *descrições, explicações* dos sujeitos sobre suas vidas e o mundo que as cerca *em si*, mas sim do *processo* por meio do qual são tecidas. A posição construcionista social se apoia também em outras premissas relacionadas a “posição de não-saber” que o terapeuta ocupa no processo, ou seja, de quem não é especialista no problema do outro, o que implica na necessidade de elaborar perguntas que ampliem e enriqueçam a compreensão da problemática. Esse pressuposto agrega versatilidade a processos psicoterapêuticos em geral, pois modifica as relações estabelecidas no *setting*, tornando o cliente (indivíduo, casal, família ou grupo) muito mais responsável, ou seja, capaz, de responder aos seus próprios problemas.

O PENSAMENTO SISTÊMICO E A PSICOTERAPIA

Para além das intervenções propriamente ditas, precisamos nos atentar

primeiramente às contribuições da teoria relacional sistêmica para a compreensão do terapeuta acerca do cliente e das dificuldades trabalhadas em um processo psicoterapêutico individual. Esse processo será marcado pelos pressupostos sistêmicos de complexidade (e pelo princípio de totalidade), instabilidade e intersubjetividade (Vasconcellos, 2002), o que nos conduz às categorias de estrutura (triângulos relacionais, subsistemas e fronteiras) e processo (circularidade das ações: mudanças e contra-mudanças) supracitadas (Nichols & Schwartz, 1998), à teoria bioecológica do desenvolvimento humano (Bronfenbrenner, 2011) e à noção de ciclo vital da família (Carter & McGoldrik, 2001; Cerveney, 2002).

O pressuposto da complexidade nos convida a considerar a interação intrincada que ocorre entre a multiplicidade de fatores que se apresentam nas diversas situações vivenciadas pelo sujeito (Vasconcellos, 2002; Morin, 2005). Na terapia, Andolfi (2003) propõe que essas interações sejam investigadas por meio do emprego do triângulo como unidade mínima de observação – um esquema mental de análise das relações entre o sintoma (aquilo que traz a pessoa ou a família à terapia) e a organização atual de seus sistemas (familiar, de trabalho, amizades, entre outros), em função do tempo atual, passado e futuro. Segundo Asen, Tomson, Young e Tomson (2012), esse exercício é análogo ao de um fotógrafo que reduz o zoom de sua máquina expandindo sua visão, que antes se encontrava muito próxima ao elemento, o que possibilita visualizar o entrelaçamento de outros fatores com a situação apresentada.

Dentre o que pode ser observado em um zoom distanciado, encontramos a noção de sistema – um comple-

xo de elementos em constante interação cujas propriedades não podem ser reduzidas às propriedades das partes (Vasconcellos, 2002). O observador pode tomar o sujeito como parte de diferentes sistemas, como família, trabalho, amigos, entre outros. Cada sistema possui objetivos e funções próprios que são cumpridos por meio de seus diversos subsistemas – subconjuntos de um determinado sistema. Por exemplo, em qualquer dos sistemas acima citados provavelmente teremos divisões por gênero, geração, função ou interesse, que, por sua vez, formam subsistemas como os de mulheres, homens, adultos, crianças, idosos, cuidadores, filhos, amigos, conjugal, parental, fraterno, dos que apreciam culinária, futebol, política etc. Tanto os sistemas como os subsistemas apresentam fronteiras ou limites que são regras implícitas e explícitas estabelecidas entre os sistemas e subsistemas que influenciam quem participará deles e como será essa participação. Eles têm a dupla função de, por um lado, assegurar a diferenciação dos membros do sistema, ou seja demarcar aquilo que é próprio de cada integrante e que o distingue dos demais participantes do sistema; e, por outro, manter a coesão – as características comuns aos seus membros que conferem ao sistema seu lugar destacado dos demais sistemas ou subsistemas circundantes (Minuchin, 1990; Ansen *et al.*, 2012).

Além disso, as fronteiras variam quanto à sua permeabilidade de abertura ou restrição em relação aos demais sistemas, configurando-se diferentemente de acordo com as características de cada um. Elas podem mostrar-se rígidas ou muito fortes quando possibilitam pouca ou nenhuma comunicação ou troca com outros sistemas ou subsistemas, característica

essa que facilita o surgimento de dificuldades para o sistema na realização das modificações necessárias para assegurar a diferenciação e coesão de seus integrantes ao longo do tempo. Os limites também podem ser percebidos como difusos ou muito fracos quando temos dificuldade em visualizar as regras de participação, pois estas não estão bem definidas e mudam constantemente. Isso, muitas vezes, gera conflitos por descumprimento de regras implícitas que não estavam evidentes para o membro que as transgrediu. Quando as fronteiras mostram-se nítidas, conseguimos compreender quais são as regras que governam o sistema. E, diferentemente dos sistemas com limites muito fortes, as regras podem ser modificadas de acordo com as necessidades advindas de trocas com outros contextos (Minuchin, Colapinto, & Minuchin, 1999; Ansen *et al.* 2012).

Ao observar o mundo de forma complexa, por meio de sistemas, subsistemas e pela triangulação, somos instigados a compreender o desenvolvimento humano por intermédio da Teoria Bioecológica de Bronfenbrenner (2011). De acordo com a mesma, o crescimento do sujeito ocorre por meio da interação mútua, dinâmica e cada vez mais complexa entre quatro núcleos (PPCT – Processo, Pessoa, Contexto e Tempo), ou seja, as trocas entre a pessoa biopsicologicamente constituída e os outros indivíduos, objetos e símbolos de seus contextos de vida. Essa teoria serve de ferramenta na reflexão sobre os entrelaçamentos existentes entre o desenvolvimento individual e seu entorno ao destacar e considerar todas as interações estabelecidas pelo jovem adulto, seja com família, trabalho, amigos, objetos e símbolos nos diferentes momentos de seu ciclo de vida.

O ciclo de vida da pessoa, por sua vez, desenrola-se dentro do ciclo vital familiar, posto que esse comumente é o microsistema mais constante ao longo do desenvolvimento do sujeito (Carter & McGoldrik, 2001; Cerveny, 2002). Assim, compreendemos que as situações e reações ocorridas com o indivíduo estão relacionadas a padrões, mitos, segredos e legados familiares, bem como às transformações, tanto esperadas (etapas do ciclo vital familiar) como imprevisíveis, que incidem sobre todo o sistema da família ao longo do tempo (Carter & McGoldrik, 2001). Destacamos aqui a fase de emancipação do jovem adulto solteiro, pois, pela experiência clínica e da literatura lida, acreditamos ser fundamental antes de iniciar uma nova família na fase de aquisição proposta por Cerveny & Berthoud (1997) que o jovem adulto solteiro se diferencie primeiramente de sua família de origem. Essa reflexão se faz pertinente, pois esse processo de diferenciação do adulto jovem solteiro influencia consideravelmente as próximas escolhas que o indivíduo fará nas demais fases de transição (Carter & McGoldrik, 2001).

Ainda em relação ao pressuposto da complexidade é interessante nos atentarmos ao princípio de totalidade, no qual as mudanças que ocorrem com o sujeito implicam em transformações nos sistemas em que ele participa (trabalho, universidade, família, amigos, entre outros) (Vasconcellos, 2002; Morin, 2005). É a partir desse princípio que refletimos sobre a causalidade recursiva das ações, que nos levam a prestar atenção nas mudanças e contramudanças que podem proporcionar mais ou menos sofrimento para o sujeito, visto que o resultado das ações são imprescindíveis à ação em si, posto que retornam à ação produzindo novos resultados (Vasconcellos, 2002).

Precisamos ponderar, ainda, que as modificações produzidas pelo princípio da totalidade nem sempre são previsíveis, como nos diz o pressuposto da instabilidade, o que revela a necessidade de nos atentarmos aos efeitos do processo terapêutico nos diversos sistemas de participação do sujeito (Vasconcellos, 2002; Najmanovich, 1995). Como existem tantas versões válidas de um fato quanto pessoas envolvidas nele, conforme nos diz pressuposto de intersubjetividade, o terapeuta precisa, simultaneamente, a) respeitar/considerar as narrativas do cliente sobre os fatos que o cercam; b) discutir acerca de quais outras descrições surgiriam da mesma situação se outras pessoas contassem o ocorrido; c) se perceber, recursivamente, nessa coconstrução de novas narrativas com o cliente e procurar reconhecer suas versões para aquela conversa, seus preconceitos e limitações (Vasconcellos, 2002; Najmanovich, 1995).

Todas essas ideias, agregadas ao construcionismo e às práticas narrativas, se fazem presentes em uma terapia relacional sistêmica e servem de guia para a investigação e intervenção nas dificuldades vivenciadas tanto pelas famílias como pelos sujeitos individualmente. Nosso propósito nesse artigo é enriquecer as teorizações sobre possibilidades de intervenções psicoterapêuticas ancoradas na perspectiva relacional sistêmica, em processos terapêuticos individuais ao propor a utilização das técnicas do genograma e do workshop de fotografias nesse contexto, principalmente em atendimentos a adultos jovens solteiros.

O CONTEXTO DO ESTUDO

Esse tema surgiu durante a conclusão do curso de especialização em terapia

relacional sistêmica de uma das autoras. Esta se deparou com os desafios de realizar trabalhos individuais ancorados na perspectiva sistêmica. Ademais, grande parte dos casos atendidos individualmente tratavam-se de adultos jovens solteiros no processo de diferenciação/emancipação de suas famílias de origem. Etapa esta também vivenciada pela terapeuta. Com a supervisão da outra autora do artigo, foi possível construir junto com os clientes descrições diferenciadas de seus problemas e novas histórias de suas vidas, que produziam menos sofrimento. Além das técnicas já citadas ou brevemente descritas no artigo, foi de grande valia para esse processo a utilização do genograma e do workshop de fotografias.

Este artigo é um estudo teórico e exploratório. Para caracterizar melhor os objetivos que propusemos, utilizamos vinhetas de casos clínicos atendidos em instituição de assistência social e consultório privado como exemplos. O sigilo foi garantido por meio da utilização de nomes fictícios e não descrição de dados que possam identificar os sujeitos de acordo com a resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde sobre pesquisas com seres humanos.

As vinhetas aqui apresentadas são de terapias individuais semanais, com uma hora de duração, sendo que as que ocorreram na instituição de assistência social tiveram em média oito encontros, e as de consultório privado duraram, em média, 25 encontros. Os clientes, em sua maioria, eram adultos jovens solteiros, porém um dos casos aqui relatados é de um homem de 37 anos, que, apesar da idade, apresentava dificuldades em seu processo de diferenciação da família de origem, motivo pelo qual optamos por utilizar essa vinheta. Todos os processos psicoterapêuticos foram iniciados por de-

sejo dos clientes e do consenso entre estes e a terapeuta de que a realização da psicoterapia poderia trazer benefícios aos primeiros, como proposto por Boscolo e Bertrando (2012).

AS INTERVENÇÕES SISTÊMICAS

Andolfi (2001) afirma que a inclusão nos cursos de formação em terapia familiar do estudo da família de origem do próprio terapeuta possibilita que este entre em contato com as dificuldades de sua própria família, e se compreenda como inserido nessa teia de relações, tornando mais fácil que este identifique e auxilie outras famílias neste trabalho. Para tanto, ele cita as seguintes técnicas a serem aplicadas nos cursos de formação: genograma, escultura familiar e workshop das fotografias familiares. Em consonância com esta proposta, Wendt e Crepaldi (2008) e Cerveny (2011) afirmam que a confecção do genograma da família de origem do profissional em formação nos cursos de especialização para terapeutas é uma prática comum nos centros formadores brasileiros. Visando investigar a configuração e a compreensão das relações familiares, explicitando padrões relacionais, crenças, mitos, valores e regras que podem ser facilitadores e dificultadores em seu trabalho profissional com outras famílias.

O presente artigo propõe que essa mesma estratégia possa ser utilizada em uma terapia individual a fim de manter o enfoque relacional sistêmico no *setting*, dando destaque às relações significativas do cliente. Além disso, grande parte da demanda por atendimentos individuais clínicos concentra-se na população de adultos jovens solteiros. Nessa fase do ciclo vital familiar, consideramos que a te-

rapia individual pode trazer contribuições no processo de diferenciação do indivíduo, quando este é visto como parte do sistema familiar com o qual precisa estabelecer novos padrões relacionais. Para tanto, este trabalho propõe que, aliados aos princípios do construcionismo social e à reconstrução de significados por meio do diálogo enfocada pelos narrativos sejam utilizadas as técnicas de construção do genograma e seja realizado o workshop de fotos como possibilidades de intervenções sistêmicas em um processo psicoterapêutico com um adulto jovem solteiro.

O USO DO GENOGRAMA

O genograma é um instrumento utilizado por terapeutas de família que tem sido empregado em diversas práticas de diferentes profissões nas áreas de pesquisa e intervenção em saúde com famílias. É um mapa familiar, ou seja, uma representação gráfica de dados acerca de uma família, com símbolos e códigos padronizados (Wendt & Crepaldi, 2008; Ansen *et al.*, 2012; McGoldrick, Gerson, & Petry, 2012), obtidos por meio de entrevistas, e que permitem a visualização da configuração e compreensão das relações familiares num dado momento de sua história. Os elementos que serão apresentados dependerão do objetivo que se pretende com a construção do instrumento, variando desde aspectos demográficos de ao menos três gerações da família (nomes completos, idades, datas de nascimento, de casamentos, de separações, de divórcios, de morte, as profissões e atividades dos diferentes membros, abortos, doenças, origem étnica, local de origem e de residência atual) até padrões interacionais e comunicacionais, posição que cada membro

ocupa, contexto de vida da família, fatos significativos na história familiar, os meios pelos quais a família costuma vivenciar momentos de crise e de transições do ciclo de vida familiar (Nascimento, Rocha, & Hayes 2005; Mello, Vieira, Sempionato, Biasoli-Alves, & Nascimento, 2005; Wendt & Crepaldi, 2008; Ansen *et al.*, 2012; McGoldrick *et al.*, 2012).

Na terapia familiar, utiliza-se o genograma para esclarecer os motivos pelos quais a família procurou auxílio, e formular descrições acerca das relações e o processo evolutivo entre os problemas relatados pela família e o contexto maior em que a mesma vive. Além disso, é uma estratégia para vincular a família no processo terapêutico, entrar em contato com as relações familiares, bem como ter notícias sobre a família extensa, além de permitir que, por meio de questionamentos circulares e processos reflexivos, se construam novas narrativas e descrições sobre os problemas familiares e se que questionem mitos e crenças compartilhados por seus membros e que regulam suas ações (Andolfi, 2003; Wendt & Crepaldi, 2008, Ansen *et al.*, 2012; McGoldrick *et al.*, 2012).

Numa terapia individual com um jovem adulto solteiro, os benefícios desse instrumento são potencializados, podem auxiliar o terapeuta, bem como o próprio cliente, a contextualizar os fenômenos dentro de um sistema complexo de interações, de forma que o terapeuta possa incentivar o cliente a interagir com outros membros da família para enriquecer e questionar situações apresentadas neste mapa. Nem sempre é possível ou conveniente construir o mapa esquemático da família propriamente dito, seja por falta de tempo, recursos materiais, ou mesmo indisponibilidade do cliente para tal atividade. Porém, essa impossibilidade

não inviabiliza que se façam as questões necessárias à sua confecção e que, conseqüentemente, se reflita a respeito das respostas (Souza, 2010).

É comum que ao serem questionados na terapia sobre suas famílias ampliadas, ou mesmo sobre sua história familiar, adultos jovens solteiros respondam que sabem nada, ou muito pouco a respeito. Foi o que aconteceu em um caso atendido em clínica particular por uma das autoras. Carlos, um professor de ensino médio de 27 anos, trazia como queixa o fato de não conseguir terminar um relacionamento por temer as reações de sua noiva, dizendo que este era apenas mais um exemplo de sua dificuldade em falar coisas difíceis ou que poderiam magoar os outros. Diante das inúmeras respostas de incerteza sobre suas relações familiares, foi solicitado que ele fizesse uma pesquisa junto à sua família sobre as questões levantadas e buscasse outras histórias que pudessem interessá-lo para que, na sessão posterior, se construísse o seu genograma. Independente da confecção do genograma, essa tarefa permitiu que Carlos tivesse um bom motivo para comunicar-se com sua mãe e seu pai, situação incomum em sua família. Este foi o material trabalhado no início da sessão seguinte, visto que, ao ser questionado sobre como foi fazer a investigação, ele disse que se surpreendeu pela abertura de seus pais para conversa e também com suas respostas, que lhe suscitaram outros questionamentos (Souza, 2010).

Os trabalhos de Wendt e Crepaldi (2008), McGoldrick *et al.* (2012) e Ansen *et al.* (2012) trouxeram importantes contribuições para a utilização psicoterapêutica do genograma ao reverem e ampliarem, ancorados na experiência clínica, os diferentes padrões transacionais – tipos de relacio-

namento repetitivos e cristalizados entre alguns integrantes do sistema familiar – estabelecidos na família e que podem ser evidenciados nesse mapa esquemático. Os padrões caracterizados por Wendt e Crepaldi (2008) foram: relacionamento harmônico, relacionamento muito estreito ou superenvolvimento, relacionamento fundido e conflitual, relacionamento conflituoso, relacionamento vulnerável, relacionamento distante, rompimento, triangulação, aliança e coalizão. Esses padrões, embora repetitivos, podem sofrer alterações na história familiar, especialmente nas fases de mudanças do ciclo de vida, para garantir a manutenção da família e a individualização de seus integrantes. A ideia de categorização de relacionamentos não é coerente, se tomada rigidamente, com o pensamento relacional sistêmico, porém, recursivamente, podemos retomar esses padrões que antes eram dotados de verdades e detentores do sofrimento do sujeito, para ampliar nosso repertório de questionamentos e fontes de novas narrativas. É dessa forma que essa categorização foi considerada no presente trabalho.

Considera-se um relacionamento harmônico quando dois ou mais integrantes da família sentem-se emocionalmente unidos, mantêm uma estima recíproca, têm interesses, modos ou valores em comum, mas conseguem ver-se como distintos entre si e das famílias de origem (Wendt & Crepaldi, 2008). Pode-se dizer que alcançar esse padrão interacional é um dos objetivos de qualquer processo terapêutico, seja familiar ou individual, visto que propicia os sentimentos de pertença a uma família (coesão), bem como de diferenciação – ver-se como ser singular dentro daquele grupo.

Quando, porém, os membros não conseguem perceber-se como diferen-

tes do outro e das famílias de origem, o relacionamento é muito estreito/próximo ou há um superenvolvimento no qual os integrantes são fusionados, ou seja, dependem emocionalmente em grande medida uns dos outros (Wendt & Crepaldi, 2008; McGoldrick *et al.* 2012; Ansen *et al.*, 2012). Em um caso atendido em clínica particular, Elaine, de 27 anos, graduada, mas não exercendo a profissão, procurou ajuda para lidar com o luto pela morte de sua mãe. Com essa cliente não se chegou a fazer efetivamente a construção do genograma, mas foram formuladas questões e reflexões para posterior construção do mesmo fora da sessão. Ao se investigar a configuração familiar de Elaine, nos atentamos para um superenvolvimento entre esta e sua mãe, que não lhe permitia realizar tarefas cotidianas simples como separar a roupa para pôr na máquina para lavar, ou comprar calçados para si mesma.

Há, ainda, famílias nas quais, além da indiferenciação e dependência emocional entre os membros, existem conflitos constantes entre os mesmos. Esses casos considerados relacionamentos fundidos e conflituais (Wendt & Crepaldi, 2008; McGoldrick *et al.* 2012; Ansen *et al.*, 2012). Em outro caso atendido em clínica particular, Valmor, de 37 anos, mantinha com seu pai uma relação fusional e conflituosa. Os dois estavam fazendo uma segunda tentativa de trabalharem juntos na empresa paterna, após uma crise psicológica vivenciada por Valmor em virtude de sua segunda separação conjugal e perda de emprego. Ao mesmo tempo em que o pai se mostrava muito preocupado com a saúde do filho, dizia que não era possível pai e filho trabalharem juntos e que Valmor deveria retornar para a cidade em que residia anteriormente. Pôde-se ter uma nova compreensão da situação estabelecida

ao perceber, pelo genograma, que o padrão interacional, não apenas do pai de Valmor, mas também de seus tios paternos com todos os filhos era muito parecido. Eles continuavam a tratar os filhos adultos como pequenos, e os filhos, por sua vez, aceitavam esta proposta de relação em alguma medida. Esta situação gerava conflito e dependência entre os membros do sistema. Após se trabalhar essa ideia, o cliente convidou o pai a participar de algumas sessões em que a relação dos dois e também do pai com os outros quatro filhos pôde ser repensada.

O relacionamento conflituoso, por sua vez, é marcado por grande angústia e desacordos gerados por constantes brigas por problemas de comunicação entre os membros, que podem resultar, inclusive, em agressões físicas (Wendt & Crepaldi, 2008; Ansen *et al.*, 2012; McGoldrick *et al.*, 2012). Quando esses conflitos não acontecem de maneira clara, mas a família vive sob o risco deles aparecerem em situações difíceis ou em períodos de transição, diz-se que é um relacionamento vulnerável (Wendt & Crepaldi, 2008). Como no caso de Vivian, de 25 anos, que morava com os pais, e, por mais que se esforçasse tinha dificuldades em trazer informações sobre sua família para as sessões terapêuticas. Em dada sessão, se trabalhou com Vivian como eram essas relações entre os membros familiares em outros momentos de sua história familiar. Foi quando a mesma relatou que, quando era pequena, seu pai apresentava episódios de abuso de bebidas alcoólicas nos quais se mostrava agressivo verbalmente e, por vezes, fisicamente com sua mãe e irmão. Nessa ocasião, Vivian disse que não se recordava desses episódios, e que agora parecia fazer mais sentido a tensão que sentia

viver constantemente em seu sistema familiar.

Um padrão de relacionamento distante, caracterizado pela escassez de contatos, especialmente em termos emocionais, entre os membros é geralmente encontrado em famílias com fronteiras rígidas, ditas famílias desligadas (Wendt & Crepaldi, 2008; Ansen *et al.*, 2012; McGoldrick *et al.*, 2012). Para exemplificar essa relação em termos sistêmicos, convidamos o leitor a retornar ao caso de Elaine. O fato de ela reconhecer o padrão de relacionamento muito estreito com sua mãe não foi suficiente para que ocorressem mudanças na relação entre elas, com a figura materna não mais presente fisicamente. Situação esta que evidencia a importância de continuar contextualizando esse padrão de relacionamento nas diversas gerações. Ao se investigar a relação entre sua mãe e sua avó materna, percebeu-se que o padrão de relação entre as duas era oposto, ou seja, distante. As duas não tinham uma relação de intimidade, o que ficou bastante evidente pela ausência da avó no velório da mãe. Ter essa informação levou terapeuta e cliente a trabalharem com a ideia de que sua mãe procurava estabelecer com ela e os irmãos uma relação diferente – melhor com os filhos do que aquela que havia experienciado enquanto filha. Olhando a situação desse ângulo, Elaine conseguiu começar a pôr em questão as vantagens e desvantagens que tinha ao manter esse padrão de dependência e indiferenciação em relação à figura materna.

No caso do padrão de relacionamento de rompimento, os membros não estabelecem contato, mas continuam ligados emocionalmente, principalmente por sentimentos aversivos (Wendt & Crepaldi, 2008; Ansen *et al.*, 2012; McGoldrick *et al.*, 2012). Para

compreender os efeitos desse padrão relacional, pedimos que o leitor retome o caso de Carlos. Ao construir o genograma no *setting*, notou-se que existia um padrão de rompimento em toda a família materna. Tanto dos avós para com os filhos como dentro do subsistema fraterno. Ao perceber isso, Carlos pôde compreender alguns dos bons motivos que tinha para não falar aquilo que pensava independentemente de ser agradável ou não para quem escutaria. Como colocado pela literatura (Carter & McGoldrick, 2001), o fato de a mãe de Carlos ter relações rompidas com suas tias não impedia que esta continuasse nutrindo sentimentos de raiva e ressentimentos em relação às irmãs. Isso ficou bem evidente no protesto materno contra a tentativa de Carlos de aproximar-se de sua tia, e também madrinha, com quem a mãe tinha rompido.

A aliança ou proximidade refere-se ao padrão transacional que se refere a uma união entre os membros fundamentada em lealdades invisíveis que influenciam no processo de diferenciação dos mesmos com menor intensidade que o superenvolvimento (Wendt & Crepaldi, 2008; Ansen *et al.*, 2012). As lealdades invisíveis referem-se à interiorização de expectativas familiares com atitudes que visam cumprir os mandatos familiares. Se o sujeito não as cumpre, sente-se culpado, e, assim, as lealdades são um mecanismo de forças secundárias que regulam os padrões de mudança e continuidade dentro da família (Boszormenyi-Nagy & Spark, 2003). Por sua vez, a coalizão é uma relação triádica e se caracteriza pela formação de uma aliança entre dois membros da família contra um terceiro (Wendt & Crepaldi, 2008; McGoldrick *et al.*, 2012). Fato este evidenciado no sistema familiar de Elaine, que agora vivia

uma relação conflituosa com o pai como consequência de anos de coalizão com sua mãe contra o mesmo. Era muito difícil para Elaine, nos primeiros meses de terapia, conseguir identificar algo de positivo, ou mesmo de fragilidade, em seu pai, pois havia um discurso saturado construído por ela e sua mãe contra o mesmo, que impedia a mesma de empatizar com a figura paterna. Somente quando a cliente começou a questionar a fusão com a mãe, que se pôde pensar em uma nova relação com o pai, menos conflituosa e mais apoiadora para ambos.

Um padrão transacional de triangulação refere-se à relação permeada de insegurança entre três membros da família em que um media periféricamente o conflito que estava explícito, ou na eminência de ocorrer entre os outros dois integrantes do triângulo (Wendt & Crepaldi, 2008). Para ilustrar essa situação trazemos um caso atendido em instituição de assistência social: Milena, uma professora de 23 anos, estava com data de casamento e de saída de casa marcada e relatava sentimentos de angústias que não conseguia explicar, dizendo estar tudo certo em sua vida. Ao desenhar o genograma com a cliente, logo percebemos que esta estava triangulada na relação entre seus pais e entre cada cônjuge e seus irmãos. Milena era a filha mais velha e desde a infância foi designada por seus pais para o cuidado dos três irmãos homens na ausência dos mesmos, situação cotidiana, visto que seu pai era vigia e permanecia no emprego durante a semana e sua mãe era professora e lecionava em turno integral. Atualmente, seus pais estão afastados do trabalho por adoecimento e passam grande período de tempo em casa, porém grande parte da comunicação entre o casal se dá por queixas a Milena para que esta trans-

mita “o recado” ao cônjuge. Ao observar isso, Milena chorou e disse que não podia abandonar sua família. De fato, sua identidade estava atrelada a este papel que ocupava nos diferentes triângulos familiares. Neste caso foi de suma importância ampliar a investigação não apenas à família estendida, mas aos outros sistemas da qual a mesma participava, para poder resgatar aquilo que diferenciava Milena desta família, e poder repensar sua função nesse sistema, sem implicar a desintegração do *self* da cliente.

O WORKSHOP DE FOTOGRAFIAS

Outro instrumento de grande valia em terapias relacionais sistêmicas com jovens adultos solteiros é workshop de fotos. Esta é uma técnica utilizada principalmente em cursos de formação em terapia familiar que, aliada ao genograma, permite que se investiguem as relações familiares do terapeuta em formação, contribuindo para identificação de potencialidades e problemas que o profissional pode encontrar na prática clínica com famílias (Andolfi, 2001; Wendt & Crepaldi, 2008).

Não foi possível encontrar outros escritos sobre esse instrumento comumente utilizado por terapeutas de família em consultório. Para tanto, a técnica aqui descrita foi aquela em que a autora participou como terapeuta em formação em um instituto de formação em terapia relacional sistêmica coordenado pelos terapeutas Denise Franco Duque, Maria Aparecida Crepaldi e João David Mendonça. A atividade consiste em pedir ao cliente que escolha fotos de momentos importantes que queira compartilhar com o terapeuta. Sugere-se que traga fotos de sua família, tanto nuclear como extensa, e também de outras

pessoas que foram importantes em algum momento de sua vida (Souza, 2010).

Pode-se questionar a necessidade de se realizar esse exercício depois das informações que podem ser obtidas no genograma. Existem três vantagens fornecidas por essa técnica, primeiramente, quando se constrói o genograma, este proporciona uma fotografia instantânea das relações familiares (Wendt & Crepaldi, 2008), já as fotos permitem a visualização de processos de continuidade e mudanças na história da família. Além disso, a seleção de fotos realizada pelo cliente abre espaço para que se investiguem outros sistemas significativos para o adulto jovem solteiro que podem contribuir no processo terapêutico. E por fim pode-se ter uma noção da coerência entre o relato da trama interacional da qual o indivíduo participa e aquilo que as imagens revelam (2010).

Esse último ponto é um dos principais motivos pelo qual as autoras consideram importante a inclusão dessa técnica num processo de terapia individual e relacional sistêmica com adultos jovens. Em vista da impossibilidade de trazer à terapia os membros, de diferentes sistemas, com os quais o indivíduo estabelece padrões interacionais significativos para sua vida, ao menos pode-se conhecer flashes dessas relações que podem gerar curiosidades, ideias, questionamentos e reflexões acerca desses momentos (Souza, 2010). O workshop de fotos é uma técnica que se adéqua aos meios terapêuticos propostos pelo construcionismo social e pelas terapias narrativas, e também ajuda a alcançar os propósitos de que os clientes reescrevam as histórias de suas vidas. Também servem de base para a formulação de descrições e boas perguntas que conduzam a processos reflexivos propostos

por Tom Andersen (2002). Isso porque diante das fotos escolhidas pelo cliente podem-se formular várias perguntas, cujas respostas darão indícios dos padrões interacionais, crenças, valores e sentimentos envolvidos nas situações apresentadas. Pode-se questionar:

- o que o levou a escolher cada fotografia? Por que trouxe essas fotos e não outras?
- como foi o processo de escolha das fotografias? Alguém o(a) auxiliou?
- que emoções estiveram presentes no momento da seleção das fotos?
- quem está nesta fotografia? Que momento essa imagem retrata? Que sentimentos provocam essa foto? Se estas pessoas da foto estivessem aqui, o que elas diriam?
- como estão hoje as pessoas desta fotografia?
- se você pudesse mudar algo nessa foto o que você mudaria?

Tantas outras perguntas podem ser elaboradas conforme a curiosidade e propósitos do terapeuta ao utilizar essa técnica, porém é necessário que se dê tempo ao cliente para processá-las e para realizar boas descrições acerca das imagens, caso contrário, a técnica se perde em si mesma sem alcançar os fins terapêuticos (Souza, 2010). O workshop de fotos também pode ser um bom disparador de conversações de lembrança propostas por Michael White. Para o autor, a vida pode ser compreendida como um clube social, que possui um hall de homenageados, áreas restritas a sócios, eventos que permitem convidados externos e também a possibilidade tanto de associação como de descredenciamento. De acordo com esse entendimento, a identidade é influenciada pelas dife-

rentes formas que os membros participaram, participam ou participarão do clube do cliente. Essa ideia de self nos permite compreender o luto de uma maneira diferente da tradicional: não é mais necessário esquecer as pessoas significativas que faleceram para seguir em frente, mas sim “dizer olá novamente”, configurando uma nova forma de participação dessas pessoas no clube do cliente. Quando travamos conversações de lembrança, nos referimos a pessoas que foram significativas, e também a lugares, animais, livros, filmes, brinquedos e outros símbolos que possam ter marcado sua vida (White, 2012).

Assim, podemos entender a seleção de imagens do cliente como peças de um quebra-cabeça em que é necessária a curiosidade do terapeuta para elaborar boas perguntas que possam ser as peças que faltam para compor o contexto do qual o adulto jovem solteiro em terapia individual faz parte (Souza, 2010). Por meio de uma imagem fotográfica, podemos entrar em contato com diversos espaços e sujeitos sem a necessidade de deslocar-se do *setting*. Sob a ótica do cliente, os retratos ganham diferentes narrativas: “uma senhora sentada na varanda é a minha avó e não apenas uma imagem dela. Da mesma forma, quando uma pessoa mostra suas fotos afirma sem titubear: ‘esta sou eu’, como se fosse a própria pessoa” (Justo & Vasconcelos, 2009, p.766-767).

Essa técnica tem um aspecto lúdico e traz leveza ao processo terapêutico. Recursos esses que eram necessários no caso de Elaine. Realizar o workshop de fotos foi um modo de responder a ansiedade dela em falar de sua mãe. Ao mesmo tempo, permitiu que a terapeuta indagasse sobre os outros membros da família, motivando a cliente a ampliar seu foco de compreensão de

suas histórias familiares. Além de possibilitar que se travasse uma conversação de lembrança (White, 2012) com a cliente sobre a forma de associação de sua mãe em sua vida, lembrando de outras memórias que não apenas o processo de adoecimento e morte materno. Ao (re)visitarmos, (re)tomarmos uma fotografia, novos processos reflexivos ocorrem possibilitando a criação de sentidos diferentes dos já conhecidos (Justo & Vasconcelos, 2009).

No caso de Carlos, entrar em contato com suas fotos fez com que este rememorasse relações de amizade que foram importantes em sua infância, mas que o mesmo havia esquecido ao longo do tempo. Ao retomar essas relações, Carlos pôde refletir sobre características pessoais suas que só emergiam nesses contextos, ampliando, assim, os aspectos que considera como identificadores de si. O workshop de fotos permite que o cliente nos apresente os recortes que faz nesse momento de seu *self*, como nos faz observar, “resgatar memórias, construir sentidos para uma realidade que outrora era despercebida” (Justo & Vasconcelos, 2009, p. 771). Ademais, no estudo das fotos de Carlos, foi possível aprofundar as reflexões sobre o padrão de rompimento presente no modo de funcionamento de sua família. Pôde-se questionar mais sobre a posição dos outros membros familiares diante desses relacionamentos rompidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos que a confecção do genograma e a realização do workshop de fotos foram instrumentos que auxiliaram no trabalho terapêutico individual de acordo com um enfoque relacional sistêmico. Ambas as técnicas

podem ser agregadas às demais reflexões sobre a terapia individual sistêmica tecidas no início do trabalho para aprimorar os processos terapêuticos desenvolvidos nesse formato.

Como articulado no texto, a construção do genograma familiar em um processo terapêutico individual com o adulto jovem exige que o profissional seja criativo e esteja atento às especificidades de cada caso para junto com o cliente decidir quais aspectos serão investigados e possibilitarão novas descrições e narrativas ao sujeito. Essa técnica não deve ser tomada rigidamente, tanto em sua forma de aplicação como na conveniência de seu emprego. É sempre a partir das conversações estabelecidas com o cliente que os propósitos terapêuticos e, conseqüentemente, os instrumentos a serem utilizados tomam forma.

As ideias sobre os padrões relacionais aqui explicitadas, são por nós consideradas exatamente dessa forma, ideias: se nós ou o cliente considerarmos que elas não contribuem para o diálogo que travamos naquele momento, são de fato deixadas de lado para que encontremos novas reflexões mais enriquecedoras para o processo terapêutico. Além disso, é importante reafirmar que esta técnica põe em destaque as relações familiares do cliente, e que nem sempre isso será propício em uma terapia individual, apesar de sabermos que, em muitos casos, a família ainda ocupa lugar central no processo de sofrimento *psi* do indivíduo.

Essas considerações também são válidas para o workshop de fotos, que apresenta uma limitação referente à dependência do terapeuta em relação à disponibilidade do sujeito em aceitar a proposta e lembrar de trazer as fotografias, caso contrário, esse trabalho fica impossibilitado. Essa técnica tam-

bém pode ser uma boa aliada para terapeutas socioconstrucionistas ou narrativos, pois sua aplicação é bastante coerente com os princípios de ambas as terapias. Quanto a esse último instrumento, vale ressaltar sua validade também na terapia familiar, principalmente com famílias com crianças pequenas e de adolescentes. Nesse caso, a experiência é enriquecida pelo fato de diferentes membros poderem fazer os questionamentos em relação à seleção de fotografias de cada integrante da família, disparando novas reflexões para o processo terapêutico, e também a partir do questionamento circular.

REFERÊNCIAS

- Andersen**, T. (2002). *Processos Reflexivos*. Rio de Janeiro: Instituto Noos/ITF.
- Anderson**, H., & **Goolishian**, H. (1998). O cliente é o especialista: abordagem terapêutica do não-saber. In: S. McNamee, & K. J. Gergen. *A Terapia como Construção Social*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Andolfi**, M. (2001). Terapia con el individuo y terapia con la familia. *Sistemas Familiares*, 17 (1), 29-42.
- Andolfi**, M. (2003). *El coloquio relacional*. Barcelona: Paidós.
- Asen**, E., **Tomson**, D., **Young**, V., & **Tomson**, P. (2012). *10 minutos para família: Intervenções sistêmicas em atenção primária à saúde*. Porto Alegre, RS: Artmed.
- Boscolo**, L., & **Bertrando** P. (2012) *Terapia Sistêmica Individual: Manual prático na clínica*. Belo Horizonte: Artesã.
- Boszormenyi-Nagy**, I., & **Spark**, G. M. (2003). *Lealtades invisibles*. Madrid, España: Amorrortu.
- Cerveny**, C. M. de O. (2002). *Pensando a família sistemicamente*. In C.M. de O. Cerveny & C. M. E. Berthoud (Eds.) *Visitando a família ao longo do ciclo vital* (Cap.1, pp. 17-27). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Cerveny**, C. M. de O. (2011). *Intergeneracionalidade: Heranças na produção do conhecimento*. São Paulo: Roca.
- Grandesso**, M. (2001). *Terapias pós-modernas: um panorama*. Trabalho apresentado no Congresso da IFTA, em Porto Alegre, Brasil, em novembro de 2001. Publicado na Revista *Sistemas Familiares* (Buenos Aires – Argentina). Retirado do <http://www.terapianarrativa.com.br/artigos/pos-moderno.pdf>.
- Guimarães**, N. V., & **Cruz**, M. G. (2004) *Dissonâncias na Terapia Individual Sistêmica*. *Revista Família e Comunidade*, 2(1), 43-58.
- Justo**, J. S., & **Vasconcelos**, M. S. (2009). Pensando a fotografia na pesquisa qualitativa em psicologia. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 9(3), 760-774
- McGoldrick**, M., **Gerson**, R., & **Petry**, S. (2012). *Genogramas: Avaliação e intervenção familiar*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Mello**, D. F. de, **Viera**, C.S.; **Simpionato**, E.; **Biasoli-Alves**, Z. M. M.; & **Nascimento** L. C. (2005). Genograma e Ecomapa: possibilidades de utilização na estratégia de saúde da família. *Rev Bras Cresc Desenv Hum*, 15,(1), 79-89.
- Minuchin**, S. (1990). *Famílias: funcionamento e tratamento*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Minuchin**, P.; **Colapinto**, J., & **Minuchin**, S. (1999). *Trabalhando com famílias pobres*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Morin**, E. (2005). *Os saberes necessários à Educação do Futuro*. São Paulo: Cortez.
- Nascimento**, L.C.; **Rocha**, S. M. M., & **Hayes**, V. E. (2005). Contribuições do genograma e do ecomapa para o

- estudo de famílias em enfermagem pediátrica. *Texto/Contexto Enfermagem*, 14 (2), 280-286.
- Najmanovich**, D. (1995). El lenguaje de los vínculos: de la independencia absoluta a la autonomía relativa. In E. Dabas, & D. Najmanovich. *Redes El lenguaje de los vínculos: hacia la reconstrucción y el fortalecimiento de la sociedad civil*. Buenos Aires: Paidós.
- Nichols**, M.P., & **Schwartz**, R.C. (1998). O contexto histórico da terapia familiar. In M. P. Nichols, & R. C. Schwartz (eds.). *Terapia Familiar: Conceitos e Métodos*. Porto Alegre: Artmed, pp.21-74.
- Osório**, L. C., & **Valle** M. E. (2002). *Terapia de famílias: novas tendências*. Porto Alegre: Artmed.
- Palazzoli**, M. S., **Boscolo**, L., **Cecchin**, G., & **Prata** G. (1988). *Paradoja y contraparadoja: un nuevo modelo en la terapia de la familia de transacción esquizofrénica*. Barcelona: Paidós.
- Souza**, C. de D. (2010). *O jovem adulto solteiro e a terapia relacional sistêmica*. 40 f. Monografia (Especialização em Terapia Relacional Sistêmica) – Familiare Instituto Sistêmico, Florianópolis.
- Tronco C. B.** (2008). Contribuições para uma Terapia Sistêmica Individual. *Pensando Famílias*, 12(1), 133-142.
- Vasconcellos**, M. J. E. de. (2002). *Pensamento sistêmico: o novo paradigma da ciência*. Campinas, SP: Papirus.
- Vasconcellos**, M. J. E. de. (2005). Pensamento sistêmico novo-paradigmático e a questão da terapia sistêmica individual. In J. G. Aun, M. J. E. de Vasconcelos, & S. V.Coelho. *Atendimento sistêmico de famílias e redes sociais: fundamentos teóricos e epistemológicos*. Belo Horizonte: Oficina de Arte & Prosa, Vol. 1, Parte 2, pp. 91-97.
- Vidal**, A. B. (2006). A diferença que fez a diferença: o uso incomum da equipe reflexiva de Tom Andersen, *Pensando Famílias*, 10(2), 117-134.
- Wendt**, N. C., & Crepaldi, M. A. (2008). A utilização do genograma como instrumento de coleta de dados na pesquisa qualitativa. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 21(2), 302-310.
- White**, M. (2012). *Mapas da prática narrativa*. Porto Alegre: Pacartes.